



ÁREA TEMÁTICA: Migrações, Etnicidade e Racismo

De militantes negros a negros intelectuais

SANTOS, Sales Augusto dos

Doutor em Sociologia

Universidade de Brasília

salesaugustodossantos@gmail.com

Resumo

O artigo visa apresentar os resultados de uma pesquisa feita com os diretores e ex-diretores da *Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN)*. A partir desta pesquisa ou melhor dos perfis e trajetórias político-acadêmicas desses intelectuais, especialmente a partir das suas maneiras de sentir, pensar e agir no que diz respeito à questão racial no Brasil, bem como de suas condutas acadêmico-intelectuais, sustenta-se a hipótese de que é plausível fazer uma distinção entre intelectuais negros e negros intelectuais. Neste sentido, negros(as) intelectuais são em realidade os(as) intelectuais de origem ou ascendência negra que sofreram ou sofrem influência direta ou indireta dos Movimentos Sociais Negros, adquirindo ou incorporando destes uma ética da convicção anti-racismo que, associada e em interação com uma ética acadêmico-científica adquirida ou incorporada dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras, produz nestes(as) intelectuais um **ethos acadêmico ativo** que orienta as suas pesquisas, estudos, ações, bem como as suas atividades profissionais de professores(as) universitários(as).

Palavras-chave: Negros Intelectuais; Intelectuais Negros; Ética da convicção anti-racismo.





DE MILITANTES NEGROS A NEGROS INTELECTUAIS

1 – Introdução

Após o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, cresce significativamente o protesto negro contra a discriminação racial no Brasil e, conseqüentemente, aumenta o debate sobre a questão racial brasileira, inclusive com a institucionalização de alguns órgãos públicos estaduais, municipais e até federais (Dal Rosso, 2007, Santos 2007). Por outro lado, há também o ressurgimento e o aumento significativo da quantidade de negros intelectuais oriundos direta ou indiretamente da militância dos Movimentos Sociais Negros, especialmente a partir do início da década de oitenta do século passado. Conforme os intelectuais Lúcia Barbosa, Petronilha Silva e Valter Silvério, “entre os pesquisadores negros brasileiros, a problemática racial tem sido objeto de reflexão sistemática desde o surgimento do Movimento Negro Unificado [MNU] na década de 70 [do século XX] em meio ao processo de redemocratização do país” (Barbosa, Silva e Silvério, 2003: 09).

Intelectuais negros sempre existiram no meio acadêmico brasileiro (inclusive intelectuais do porte de Milton Santos, geógrafo mundialmente famoso), embora estes fossem – e ainda sejam – poucos nas universidades brasileiras. Porém, frise-se aqui que a porcentagem de acadêmicos negros deve variar de universidade para universidade, bem como de região para região, entre outros fatores.

Contudo, no geral, a maioria desses poucos intelectuais negros provavelmente passou e passa por diversas dificuldades para chegar aonde eles chegaram, ou seja, para ocupar um cargo e ter o *status* de professor de uma universidade pública brasileira. Ademais, o isolamento a que, praticamente, estão relegados em seus departamentos, muito provavelmente os impossibilita de debater a questão racial brasileira de forma franca, profunda, sem medo de represálias e com apoio ou solidariedade racial, visto que raramente há pares intelectuais negros em suas unidades acadêmicas, como a pesquisa de Santos (2002) demonstrou.

Se **intelectuais negros** sempre existiram na academia brasileira, **negros intelectuais** eram raríssimos, como, por exemplo, Lélia Gonzales e Alberto Guerreiro Ramos, entre outros, que portavam uma ética da convicção anti-racismo adquirida ou incorporada dos Movimentos Sociais Negros, bem como um *ethos* acadêmico-científico ativo, posicionado pró-igualdade racial e pró-políticas de promoção da igualdade racial; *ethos* este oriundo da interatividade daquela ética com uma ética acadêmico-científica adquirida ou incorporada de cursos acadêmico-científicos. É sobre o (re)ssurgimento dos negros intelectuais no campo acadêmico-científico brasileiro que trata este artigo.

2 – Discriminados na Academia: alguns raros intelectuais negros brasileiros

Pode-se dizer que, até o terceiro quartel do século XX, não havia possibilidade de se ter intelectuais negros nas universidades públicas brasileiras. Por exemplo, Abdias do Nascimento e Alberto Guerreiro Ramos nunca foram professores efetivos de universidades públicas brasileiras antes do período supracitado, embora tenham sido professores em universidades dos Estados Unidos nas décadas de setenta e oitenta do século passado. Guerreiro Ramos até tentou ser professor na então Universidade do Brasil, mas perdeu a cadeira de professor de sociologia para L. A. Costa Pinto e a de ciência política para Victor Nunes Leal (Ramos *apud* Oliveira, 1995: 140), embora em meados da década de 1950 tenha sido professor no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Neste último período deu aulas para Abdias do Nascimento, num curso pós-universitário com concentração em sociologia (Nascimento, 1985: 05).

Mas pode-se afirmar sem tergiversações que Guerreiro Ramos não foi reconhecido pela academia brasileira no tempo em que viveu no Brasil. Seu valor e prestígio acadêmico foram reconhecidos nos Estados Unidos da América, visto que ele foi professor por muitos anos na Escola de Administração Pública da Universidade do Sul da Califórnia (Oliveira, 1995: 14). Nessa época, esta era a maior escola de administração pública do



mundo, conforme o próprio professor Guerreiro Ramos afirmou em entrevista à pesquisadora Lucia Lippi Oliveira (Ramos *apud* Oliveira, 1995: 132).

Como Guerreiro Ramos, após ir para os Estados Unidos da América em “auto-exílio”, Abdias do Nascimento foi reconhecido e valorizado como artista e intelectual ao ser contratado pela Universidade do Estado de Nova Iorque (SUNYAB), em Búfalo, como professor Catedrático. Nesta universidade, ante o seu prestígio, fundou a cadeira de Culturas Africanas no Novo Mundo, no Departamento de Estudos Porto-riquenhos (Nascimento, 1985: 06).

Nesse período, Abdias se concentra no desenvolvimento de sua criação artística através da pintura. Expõe em museus e galerias como as das Universidades de Yale, Howard, Columbia e Harvard, o Studio Museum in Harlem, o Inner City Cultural Center (Los Angeles), o Ile-Ife Museum (Philadelphia) e muitos outros (Nascimento, 1985: 06).

Mas antes de ser Full Professor na SUNYAB, Abdias do Nascimento havia sido visiting lecturer da Yale School of Drama, em New Haven. Também foi docente, por um ano, como visiting fellow na Wesleyan University, em Middletown, Connecticut (Nascimento, 1982: 12-13). Além disso, o professor Abdias do Nascimento fez palestras em várias universidades dos Estados Unidos da América. Segundo esse negro intelectual,

Percorri vários estados daquele país, convidado para simpósios, palestras, conferências, exposições, debates, painéis e congressos, promovidos tanto por associações, galerias e teatros (a exemplo do Negro Ensemble e New Lafayette Theater, ambos no Harlem), como por universidades: a Howard (universidade negra de Washington, D.C.), Harvard (Cambridge, Mass.), Princeton (New Jersey), Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), Tulane (New Orleans), Universidade da Califórnia em Santa Bárbara, na Universidade do Estado de Nova York, em New Paltz, e Columbia University, em Nova York (Nascimento, 1982: 16).

Contudo, a carreira acadêmica do negro intelectual Abdias do Nascimento não se limitou aos Estados Unidos da América. Em 1976, a convite, ele passou a ser professor visitante do Departamento de Línguas e Literaturas Africanas da Universidade do Ife, na Nigéria, onde ficou por um ano (Nascimento, 1985: 6). Percebe-se, desse modo, não só o quanto esse negro intelectual foi e é reconhecido como artista e como intelectual nos Estados Unidos da América e em outros países, mas o quanto ele foi desvalorizado e desprezado pela academia brasileira.

Mas em se tratando de academia no Brasil, de fato, em geral, os negros intelectuais historicamente têm sido excluídos deste espaço (Carvalho, 2005-2006) ou considerados e tratados como objetos de pesquisa, como seres subordinados e dependentes do conhecimento colonizador eurocêntrico de alguns intelectuais que estudam e pesquisam relações raciais brasileiras. Só para se ter uma pequena dimensão disto, basta considerarmos a afirmação de Carvalho (2005: 16), de que na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da mais prestigiada universidade brasileira, a Universidade de São Paulo (USP), de um total de 504 professores, há apenas três professores negros, sendo que um destes é estrangeiro e logrou a sua graduação fora do Brasil.

Não bastasse isso, até muito recentemente era muito difícil aceitar-se que um intelectual negro ocupasse um cargo de prestígio em instituições acadêmico-científicas ou correlatas (Carvalho, 2005-2006). Por exemplo, um dos raros intelectuais negros da USP, Milton Santos, quando pleiteou o cargo de presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), em 1962, foi surpreendido pela afirmação de um seus pares de que ele, Milton Santos, não poderia ser presidente da AGB porque era negro. Conforme o próprio professor Milton Santos,

Em 1962, candidato que fui a presidente da Associação de Geógrafos Brasileiros, **uma voz – e não das menos eminentes da geografia brasileira – se levantou para dizer “não, não pode ser presidente, porque é negro”**. Pois bem, Caio Prado Júnior – que mal conhecia e que já me havia citado em seus trabalhos, embora não fosse da sua grei (...) – responde: “Não, vamos



elegê-lo”. Devo, pois a Caio Prado Júnior, ao seu caráter, à sua grandeza, esse empurrão tão grande que ele deu na minha própria carreira” (Santos, 1989: 433, grifo nosso).

Como se vê, além de pouquíssimos intelectuais negros nos quadros de professores das universidades públicas brasileiras, antes da década de 70 do século XX havia fortes barreiras raciais no seio dessas universidades que impediam esses intelectuais de almejamem posições de prestígio e poder e até mesmo de ingressarem nessas universidades, conforme demonstrou Carvalho (2005-2006 e 2005).

3 – O surgimento de “novos” atores sociais na luta anti-racismo

Em realidade, com o ressurgimento, ou melhor, o revigoramento dos Movimentos Sociais Negros, por meio do surgimento do MNU em 1978, bem como com o processo de redemocratização do país nos anos oitenta do século passado, surgem condições sociais para o florescimento de uma geração de intelectuais negros oriundos também dos Movimentos Sociais Negros (ou que ouviram as vozes desses movimentos por justiça e igualdade racial no Brasil). Esses “novos intelectuais negros”, ou melhor, negros intelectuais, ao militarem nesses movimentos ou sofrerem indiretamente a sua influência (ouvindo o seu clamor por igualdade racial) ficaram grávidos de novos ou outros métodos de pesquisas, indagações, categorias analíticas, conhecimentos para estudar, pesquisar, compreender, bem como de apresentar propostas para promover a igualdade racial no Brasil. Ficaram grávidos da necessidade de intervir na produção do conhecimento na área de estudos e pesquisas sobre relações raciais. Ficaram grávidos de autonomia, independência e descolonização intelectual, entre outros tipos de gravidez.

Surgem então, da parte dos negros intelectuais, indagações posicionadas a partir de um ponto de vista negro das relações raciais que a maioria dos cientistas sociais brancos desta área de estudos e pesquisas não tinha e alguns até o desconsideravam. Só muito recentemente alguns intelectuais brancos começaram a perceber a miopia a que estavam submetidos ante a colonização intelectual que incorporavam e reproduziam em face de um conhecimento eurocêntrico acrítico. Ou seja, do conhecimento posicionado a partir de um ponto de vista branco e acrítico das relações raciais, mas que se traveste de conhecimento neutro e daltônico. Por exemplo, o professor José Jorge de Carvalho, afirmou que,

A luta anti-racismo tem que ser uma frente ampla(...). A comunidade branca tem que mudar o seu padrão, tem que começar a falar disso, dos privilégios da branquidade no Brasil (...). Precisa ter mais traidores do contingente branco, como eu sou. É preciso trair os brancos, dizer que somos racistas (Carvalho, 2003: 11-15, grifo nosso).

Porém, o importante aqui neste artigo é demonstrar o surgimento e a participação dos negros intelectuais nas universidades brasileiras visando igualdade racial. Um exemplo dessa participação nessas instituições de ensino superior pode ser constatado por meio da atuação, no processo de aprovação de cotas para negros na Universidade de Brasília (UnB), da então Conselheira Nacional de Educação e professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva.

Segundo a ex-decana de extensão da UnB, Dóris Santos de Farias, a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva foi muito bem em sua exposição sobre as relações raciais brasileiras, no dia da votação da proposta do sistema de cotas para negros, ocorrida em 6 de junho de 2003, no Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) da UnB (Farias *apud* Belchior, 2006: 88-89).

Outros conselheiros confirmam que a presença da professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva na reunião supracitada foi fundamental para a aprovação da proposta de cotas. E não só pela autoridade de seus argumentos, mas também pela politização da discussão sobre as cotas para negros naquela reunião do CEPE, fazendo com que alguns professores indecisos votassem favoravelmente à proposta. Segundo um dos conselheiros,



Um dos fatores fundamentais que eu acho que **gerou uma aprovação unânime**, com exceção dos representantes estudantis, porque uns se abstiveram e outros até votaram contra, **foi a presença da Conselheira Nacional de Educação, a Petronilha e a ministra Matilde Ribeiro** (Conselheiro (m) 5 *apud* Belchior, 2006: 89, grifo nosso).

A professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva estava ali, entre outros fatores, por ser nacionalmente reconhecida como uma das maiores pesquisadoras e autoridades sobre educação e relações raciais no Brasil, bem como porque defendia essa proposta pessoal e publicamente, ou melhor, academicamente. Ou seja, a professora Petronilha Silva não estava naquela reunião porque falava e representava a posição do Conselho Nacional de Educação (CNE), conforme supunham alguns professores da UnB.

A professora Petronilha Silva, como a maioria absoluta dos negros intelectuais dirigentes da **Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN)**, associação da qual esta professora também faz parte, também é de origem familiar pobre e estudou em escolas públicas (Silva, 2006). Contudo, a professora Petronilha Silva fez a sua graduação e seus cursos de pós-graduação em uma universidade pública, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Também, como a maioria absoluta dos negros intelectuais dirigentes da ABPN, a professora Petronilha Silva sofreu influência direta dos Movimentos Sociais Negros ao ser militante orgânica de algumas entidades negras. E, ao que tudo indica, ela faz questão de explicitar isto (Silva, 2006).

Além disso, essa professora demonstra publicamente o seu forte vínculo com os Movimentos Sociais Negros, ao afirmar em seu curriculum vitae Lattes que **“por indicação do Movimento Negro, foi conselheira da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, mandato 2002-2006. Nesta condição foi a relatora do Parecer 03/2004”** (Silva, 2007, grifo nosso).

Essa influência direta dos Movimentos Sociais Negros em sua biografia começou, ao que tudo indica, logo após esta professora ingressar no seu curso de doutoramento na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1983. No ano de 1984 ela começa a militar nos **Agentes de Pastoral Negros (APNs)**, onde permanece por aproximadamente quinze anos. Segundo a própria professora Petronilha Silva,

Em 1984, passei a integrar o grupo de militância negra os Agentes de Pastoral Negros. Mais tarde, desde sua criação passei a integrar o Centro de Cultura e Teologia Atabaque, liderado pelo Pe. Antônio Aparecido da Silva. (...) Durante aproximadamente 15 anos fui assessora dos Agentes de Pastoral Negros (APNs), tanto em nível nacional como no Rio Grande do Sul (Silva, 2006: 32-33 e 48).

Mas essa intelectual não foi ativista só nas APNs e no Centro de Cultura e Teologia Negra – Atabaque. Ela também participou de atividades do Instituto do Negro Padre Batista e do Centro Ecumênico de Cultura Negra (Silva, 2006). E ao participar de todas essas entidades dos Movimentos Sociais Negros, a professora Petronilha Silva incorporou, revigorou e consolidou uma ética da convicção anti-racismo que a sua família já lhe inculcava desde sua infância.

Portanto, a professora Petronilha Silva participou decisivamente da reunião do CEPE, do dia 6 de junho de 2003, que aprovou o sistema de cotas para negros no vestibular da UnB, porque, entre outros fatores, ela também impregnou-se de uma ética da convicção anti-racismo que, como nos demais negros intelectuais dirigentes da ABPN, tem influenciado a sua conduta acadêmico-intelectual-política. Mais ainda, essa ética tem condicionado as suas pesquisas, estudos e produção de conhecimento sobre as relações raciais brasileiras. Portanto, se para os dirigentes da UnB que a convidaram para participar daquela reunião, bem como para os conselheiros do CEPE que ouviram a sua exposição naquela dia, a professora Petronilha Silva era vista como uma autoridade no assunto, pensamos ser plausível afirmar que para ela essa participação era mais que uma atividade acadêmica ou um compromisso profissional habitual de quem é portadora de um conhecimento reconhecido e respeitado sobre um tema específico. Essa participação era mais uma missão de vida ou um compromisso com a sua ética da convicção anti-racismo, até mesmo



porque a professora Petronilha Silva não separa a sua atividade militante dos Movimentos Sociais Negros de suas atividades acadêmico-intelectuais. Segundo a própria professora Petronilha Silva,

*Ensinar – aprender, como se pode ver estiveram, e afirmo que continuam, articulando minha atuação de professora, militante do Movimento Negro, pesquisadora. (...). O propósito, aqui [no memorial], é mostrar que **minha atividade de militante do Movimento Negro se encontra fortemente vinculada às atividades acadêmicas, influenciando-as e incentivando a produção científica, didática, de extensão** (Silva, 2006: 44, 50-51, grifo nosso).*

A ética da convicção anti-racismo que tem condicionado a atividade acadêmico-intelectual (e vice-versa) da professora Petronilha Silva foi adquirida ou incorporada também da sua família, que desde a infância buscou informá-la sobre as suas origens raciais e sobre as condições de existência dos negros brasileiros. Segundo a própria professora Petronilha Silva,

A minha negritude, isto é, a construção do meu pertencimento étnico-racial foi incentivado no meio da minha família (...). Nos estudos no [Colégio] Aplicação [da Faculdade de Filosofia da UFRGS], o nosso povo negro somente aparecia quando se tratava de tráfico de escravizados e abolição da escravatura. Mas sempre que havia trabalho livre, **minha Mãe providenciava para que eu tratasse de temas relativos ao nosso povo negro.** É assim que na segunda série do ginásio, **orientada por ela, li pela primeira vez trechos de “O Negro no Brasil”** de Arthur Ramos. O [Colégio] Aplicação oferecia as referências intelectuais, o gosto pelo erudito, a família contrabalançava (...). **Assim fui desenvolvendo minhas próprias fontes e caminhos, numa formação, a escolar marcadamente de raiz européia, a familiar, negra** (Silva, 2006: 1-10, grifo nosso).

Todavia, a ética da convicção anti-racismo adquirida ou incorporada pela professora Petronilha B. Gonçalves Silva de sua família se revigora e se consolida plenamente, ao que tudo indica, após o surgimento do MNU em 1978, bem como de sua participação orgânica em entidades dos Movimentos Sociais Negros a partir da década de oitenta do século XX, entre outros fatores. Conforme essa intelectual afirma,

Entremeiam-se as atividades profissionais e acadêmicas com as de militância. Os incentivos e apoio familiar e do Movimento Negro foram se consolidando nos anos 1980-2000. A atuação reivindicatória e política do Movimento Negro brasileiro no século XX, fortalecida em 1978 [Criação do Movimento Negro Unificado, primeiro grupo que terá abrangência nacional...], fecundavam e continuam fecundando diversificada produção de conhecimentos e de ações no seio de grupos que constituem este importante movimento social, ou incentivadas por eles (Silva, 2006: 45, grifo nosso).

A ética da convicção anti-racismo que a professora Petronilha Silva incorporou da sua família e dos Movimentos Sociais Negros, mas que se consolida com estes, entrou em interação com uma ética acadêmico-científica adquirida ou incorporada na e da sua trajetória acadêmico-intelectual, ou ainda do seu ofício de intelectual, tendo como resultado a produção de um **ethos acadêmico-científico ativo**, posicionado pró-igualdade racial e pró-políticas de promoção da igualdade racial. E como nos demais negros intelectuais da ABPN, este **ethos acadêmico-científico ativo** condiciona a sua conduta intelectual e política ou, se se quiser, a visão de mundo da professora Petronilha Silva, conforme ela mesma afirma nas citações acima, entre outras passagens do seu memorial.

Poderíamos perguntar: por que uma Conselheira da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação (CNE), participou de uma reunião do CEPE da UnB? Como negra intelectual e portando um **ethos acadêmico-científico ativo**, ou seja, posicionado pró-igualdade racial e pró-políticas de promoção da igualdade racial, não aceitar esse convite seria uma violação de conduta, uma negação da ética da convicção anti-racismo, o que provavelmente respingaria sobre a reserva moral que essa intelectual e ativista negra tem para o enfrentamento e o combate ao racismo na sociedade brasileira. Portanto, ao que



tudo indica, é plausível sustentar a hipótese de que essa professora também estava presente na reunião do CEPE, que aprovou o sistema de cotas para negros, como intelectual e representante legítima dos Movimentos Sociais Negros; e neste último caso, operacionalizando a ética da convicção anti-racismo que porta e que foi incorporada destes movimentos. Por conseguinte, também estava ali como agente dos Movimentos Sociais Negros lutando por educação de qualidade para a população negra.

Desse modo, participando do debate acadêmico no interior das universidades públicas brasileiras, influenciando outros intelectuais negros e não-negros, no que diz respeito à luta por justiça e igualdade racial, os negros intelectuais começaram a intervir na produção do conhecimento sobre a população negra brasileira, especialmente na área de estudos e pesquisas sobre relações raciais das ciências sociais. Conseqüentemente esses negros intelectuais deixaram de ser apenas os informantes, o objeto de pesquisa, “um micróbio” ou o “material de laboratório”, conforme designação do cientista social Costa Pinto (Costa Pinto *apud* Nascimento 1982: 61-62), de alguns cientistas sociais brancos e passaram a ser agentes que se reconhecem como sujeitos na e da produção do conhecimento sobre relações raciais no Brasil.

Sentindo, pensando, agindo e portando uma ética da convicção anti-racismo incorporada a sua visão de mundo, bem como uma ética acadêmico-científica incorporada por meio dos cursos de pós-graduação, os negros intelectuais que estão nas universidades brasileiras, como professores ou alunos de pós-graduação *stricto sensu*, passaram a tocar o seu destino, tornando-se sujeitos dos seus próprios destinos, com vistas a produzir um conhecimento científico comprometido com a construção de uma sociedade racialmente democrática de direito e de fato.

Mas talvez se questione que a incorporação da ética da convicção anti-racismo por apenas dois acadêmico-intelectuais negros de universidades públicas brasileiras não é fator ou dá suporte suficiente para afirmarmos o surgimento de “novos” agentes sociais contra o racismo em “novos” espaços de atuação, qual seja, o meio acadêmico no Brasil. Para verificar se de fato está havendo o surgimento desses novos agentes anti-racismo realizamos uma pesquisa com os dirigentes ABPN. Nessa pesquisa o nosso principal objetivo foi saber se estes dirigentes também incorporaram uma ética de convicção anti-racismo, que é condição necessária para o surgimento do que estamos denominando de negros intelectuais.

Como não pudemos entrevistar todos os participantes do último **congresso de pesquisadores negros brasileiros** (copene), realizado em setembro de 2006 na universidade do estado da bahia (uneb), em salvador (ba), que teve aproximadamente 1.200 inscritos (Santos, 2007), entrevistamos, como tipos ideais, quinze dos dezoito diretores e ex-diretores da ABPN. O que se observou de modo geral é que a maioria absoluta desses dirigentes tem uma trajetória escolar-acadêmica e um perfil muito parecidos, para não dizer quase idênticos, salvo raras exceções (Santos, 2007). aqui comentaremos apenas sobre a formação de pós-graduação destes diretores. conforme Santos (2007), a maioria absoluta deles concluiu a graduação em universidades públicas. Essa característica se manteve na realização dos seus cursos de pós-graduação. 60,0% desses dirigentes realizaram e concluíram a sua pós-graduação em universidades públicas e 40,0% a realizaram em universidades privadas (tabela 1).

Tabela 1 – Tipo de universidade onde diretores e ex-diretores da ABPN obtiveram o principal título de pós- graduação

Tipo de Universidade	Frequência	Porcentagem
Universidade Pública	9	60,0
Universidade Privada (PUCs)	6	40,0
Total	15	100,0

FONTE: SANTOS (2007)



Contudo, todos os dirigentes da ABPN que pós-graduaram-se nestas últimas universidades estudaram nas pontifícias universidades católicas (PUCS). Cinco concluíram a pós-graduação na PUC de São Paulo e uma realizou na PUC do Rio Grande do Sul. Talvez fosse interessante, num futuro próximo, realizar uma pesquisa com estes diretores para saber o porquê da escolha da PUC de São Paulo como *locus* de preferência desses intelectuais. Um dos diretores da ABPN, ao nos responder em entrevista por que resolveu fazer pós-graduação e seguir a carreira acadêmica, abre uma trilha que pode ser explorada com mais acuidade por quem desejar saber por que a PUC de São Paulo formou uma quantidade significativa dos negros intelectuais que são ou foram dirigentes dessa associação. Segundo este dirigente,

A pós-graduação foi quase que uma decorrência natural. No entanto houve uma certa influência de amigos negros que já faziam mestrado na PUC ainda quando eu estava terminando a graduação, dentre eles eu cito o Paulino De Jesus Francisco Cardoso. **A maioria dos amigos que estudava na PUC era militante do movimento negro, tanto que lá na PUC nós criamos um grupo chamado NEAFRO-núcleo de estudos afro-brasileiros na PUC-SP.** Esse grupo, composto por estudantes como Acácio Sidnei Almeida, Dagoberto José Fonseca, Sandra, Marlene, Benhur e outros, se inspirou em **uma certa tradição que a PUC já tinha em tratar com a questão racial.** Além de professores como Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Josildeth Gomes Consorte, **nós recebemos influência de anteriores grupos de estudantes negros que existiram na puc, a exemplo do GN-PUC (...)** E do instituto de pesquisas e estudos afro-brasileiros (IPEAFRO) que, à época de sua existência, foi coordenado pelo professor Abdias do Nascimento. Embora o NEAFRO não tivesse coloração partidária, a maioria dos seus membros pertenciam ao Partido dos Trabalhadores e **eram militantes de entidades do movimento negro** (dirigente masculino “a” da ABPN *apud* Santos, 2007, grifo nosso).

Portanto, a escolha da PUC de São Paulo, para a realização dos cursos de mestrado e doutorado, por muitos dos diretores e ex-diretores da ABPN, não foi aleatória. Ao que tudo indica, foi uma opção intencional, direcionada e posicionada. Visava-se estudar numa universidade privada que já tinha uma certa tradição em estudos e pesquisas sobre as relações raciais brasileiras, que abrigou intelectuais que contestavam a ideologia da democracia racial brasileira e protestavam contra o racismo, como, por exemplo, Abdias do Nascimento (o expoente máximo da militância negra brasileira), Florestan Fernandes, Octavio Ianni, entre outros. Visava-se também a encontrar naquela universidade estudantes negros que militavam nos movimentos sociais negros, bem como viver e conviver num ambiente acadêmico acessível à discussão franca, aberta e profunda sobre as relações raciais brasileiras.

Se a PUC de São Paulo abrigou e formou em seus cursos de pós-graduação muitos negros intelectuais, como indicam os dados da tabela 1, bem como demonstra a afirmação acima de um dos dirigentes da ABPN entrevistados por nós, observamos por meio das outras entrevistas que a maioria desses negros intelectuais que cursaram as suas pós-graduações em universidades públicas (os outros 60,0%), estudaram na UNB, Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E aqui, salvo duas orientações com o professor Kabengele Munanga na usp e uma orientação com o professor Octavio Ianni na Unicamp, talvez não seja plausível afirmar que a escolha dos dirigentes da ABPN por essas instituições públicas foi uma opção intencional, direcionada e posicionada de um ponto de vista negro como a que provavelmente ocorreu na PUC de São Paulo. Salvo a Unicamp, pode-se afirmar, sem tergiversações, que em nenhuma dessas universidades havia (nas décadas de oitenta e noventa do século XX, bem como até o início da primeira década do século XXI) grupos de pós-graduandos negros organizados enquanto tal e que militavam nos movimentos sociais negros, propiciando um ambiente acadêmico acessível à discussão franca, aberta e profunda sobre as relações raciais brasileiras, bem como que questionasse a ideologia da democracia racial brasileira a partir de um ponto de vista diferente dos cientistas sociais brancos que têm hegemonia na área de estudos e pesquisas sobre as relações raciais das ciências sociais.



O diferencial para a formação desses negros intelectuais, no que diz respeito à incorporação e reprodução de um **ethos** acadêmico ativo, que não admite a colonização intelectual eurocêntrica em seus estudos e pesquisas nem a ausência de propostas de políticas de promoção da igualdade racial – que passou a fazer parte das condutas acadêmica e política desses intelectuais –, não foi somente o ambiente e o conhecimento acadêmico adquirido e elaborado nos cursos de pós-graduação que realizaram em universidades públicas e privadas ou mesmo no ofício de intelectuais-acadêmicos. Nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras eles adquiriram e incorporaram uma ética acadêmico-científica, que também é condição necessária, mas não suficiente, para a formação destes intelectuais. A incorporação de uma ética da convicção anti-racismo, que é a outra condição necessária para a constituição dos negros intelectuais, também foi e é fundamental. Estes podem adquirir ou incorporar tal ética através da influência direta ou indireta dos movimentos sociais negros.

A primeira maneira, a direta, ocorre por meio da militância orgânica em entidades desses movimentos. Ao que tudo indica, foi esta primeira forma que prevaleceu entre os dirigentes da ABPN, visto que 73,32% deles afirmaram já ter militado organicamente em alguma organização dos movimentos sociais negros. Apenas 26,68% dos dirigentes entrevistados afirmaram não ter sido ativista orgânico desses movimentos, como se pode observar na tabela 2.

Tabela 2 – Já foi ou ainda é militante dos Movimentos Sociais Negros

Já foi ou ainda é militante	Frequência	Porcentagem
Sim	11	73,32
Não	4	26,68
Total	15	100,0

FONTE: SANTOS (2007)

Os dirigentes da ABPN que não militaram direta e organicamente em entidades dos movimentos sociais negros, adquiriram ou incorporaram uma ética da convicção anti-racismo sob **influência indireta** dos movimentos sociais negros. Ou seja, por meio de diálogos, discussões e debates, entre outras formas de contato e comunicação com amigos ativistas negros, bem como participando esporadicamente de reuniões, a convite desses amigos, ou mesmo ouvindo e acompanhando à distância os discursos, as lutas e as propostas anti-racismo dos movimentos sociais negros ou, se se quiser, o “apelo lançado nas escadarias do teatro municipal de São Paulo, naquele 7 de julho de 1978” pelo MNU. Por exemplo, três dos quatro dirigentes que afirmaram não ter militado organicamente em nenhuma entidade dos movimentos sociais negros demonstram em suas falas a presença desses movimentos em suas vidas, especialmente no momento em que estavam realizando os seus cursos universitários, conforme se pode observar a seguir. Aqui citaremos somente uma destes dirigentes:



Minha origem protestante histórica – igreja evangélica congregacional (digo protestantismo histórico para diferenciar do protestantismo pentecostal que respeito, mas não fez parte de minha formação) – criou uma realidade própria que não incluía participar de movimentos negros, ser militante na íntegra do sentido da palavra. Isto não significa dizer que minha família negra não questionasse os racismos dentro da própria igreja, por exemplo, e na sociedade brasileira em geral. Ou seja, **não éramos alheios à temática e não deixávamos de “combater” tais racismos ao modo do que era possível dentro de uma visão cristã. Estávamos atentos a toda movimentação do movimento negro:** luta por uma estética própria que deveria ser respeitada (uso do cabelo carapinha e abandono dos alisantes, usar roupas em tonalidades mais fortes e não apenas as beges ou azulzinhas, etc, etc), a luta dos negros nos Estados Unidos, o MNU, etc, etc. **Sabíamos de tudo e acompanhávamos a tudo. Já na universidade tentamos nos vincular a algum movimento mas não era fácil. (...). Como era difícil entrar nos grupos já existentes, participei da criação de um grupo que durou aproximadamente dois anos. O nome do grupo era “Consciência Negra” e reuníamos todos os sábados à tarde para ler e estudar textos na antiga sede do DCE da UFPE que ficava no centro da cidade-Recife. Foi muito bom.** [isto foi] mais ou menos 92, 93 (..) **Tem muita gente que fez,** vamos dizer assim, **“militância”, sem necessariamente estar dentro de um movimento negro organizado.** (...) [Existe uma] dinâmica do que é se organizar enquanto negro neste país. Existe muito protesto contra o racismo sobre o negro fora das entidades negras tradicionais (dirigente feminina “a” da abpn *apud* santos, 2007, grifo nosso).

Não temos pretensão de analisar aqui o conteúdo ou o discurso destes diretores da ABPN, mas somente demonstrar que eles também incorporaram uma ética da convicção anti-racismo oriunda principalmente dos movimentos sociais negros, mesmo estes diretores não tendo militado organicamente nesses movimentos como o fez a maioria dos entrevistados. Como afirmou uma dirigente na citação acima, “estávamos atentos a toda movimentação do movimento negro (...). Sabíamos de tudo e acompanhávamos a tudo”. Pensamos que tais declarações e citações são suficientes para assinalar o que estamos designando como influência indireta desses movimentos na incorporação de uma ética da convicção anti-racismo por parte dos negros intelectuais que não militaram em entidades dos movimentos negros brasileiros. Esta ética em interação com a ética acadêmico-científica adquirida ou incorporada nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras, possibilitou aos seus portadores a formação e incorporação de um *ethos* acadêmico ativo que não admite em seus estudos ou pesquisas a colonização intelectual eurocêntrica nem a ausência de propostas de políticas de promoção da igualdade racial.

4 – CONCLUSÃO

A partir dos perfis e trajetórias político-acadêmicas desses intelectuais, especialmente a partir das suas maneiras de sentir, pensar e agir no que diz respeito à questão racial no Brasil, bem como de suas condutas acadêmico-intelectuais, é plausível fazer uma distinção entre intelectuais negros e negros intelectuais. Neste sentido, negros intelectuais são em realidade os acadêmicos de origem ou ascendência negra que sofreram ou sofrem influência direta ou indireta dos Movimentos Sociais Negros, adquirindo ou incorporando destes uma ética da convicção anti-racismo que, associada e em interação com uma ética acadêmico-científica que foi adquirida ou incorporada dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras ou estrangeiras, produz nestes intelectuais um **ethos acadêmico ativo** que orienta as suas pesquisas, estudos, ações, bem como as suas atividades profissionais de professores universitários. Tal conduta acadêmica leva-os a pesquisarem as relações raciais brasileiras, o racismo, as desigualdades raciais e suas conseqüências virulentas para a população negra, a partir de um ponto de vista que recusa a colonização intelectual eurocêntrica. Essa conduta os induz a pensarem sobremaneira na necessidade de implementação de políticas de promoção da igualdade racial, visando não só a eliminar as desigualdades raciais entre os vários grupos étnico-raciais no Brasil, especialmente entre negros e brancos, mas também a banir o racismo da sociedade brasileira.



Constatamos que um dos fatores que diferencia os **intelectuais negros** dos **negros intelectuais** é justamente o fato destes últimos serem tocados: a) diretamente por uma ética da convicção anti-racismo, através da militância orgânica em alguma entidade negra anti-racismo; e b) indiretamente por meio de conversas, diálogos, trocas de informações, e outras formas de contatos entre estes intelectuais e os ativistas dos Movimentos Sociais Negros; influências essas, direta e indireta, que se refletem em seus trabalhos científicos e nas suas condutas acadêmico-intelectuais.

Desse modo, os negros intelectuais passaram a intervir diretamente na produção do conhecimento científico, em especial na área de relações raciais, questionando-a profundamente, revisando ou desconstruindo conhecimentos colonizadores, eurocêntricos ou brancocêntricos; enfim, buscaram e buscam desestruturar ou desconstruir ideologias que afirmam, manifesta ou latentemente, que o Brasil é um país racialmente democrático ante a mistura e harmonia racial aqui existentes, ou que afirmam que não há necessidade de políticas de promoção da igualdade racial, como, por exemplo, ações afirmativas, para eliminar ou mesmo minimizar as desigualdades raciais existentes neste país. Mais do que isso, os negros intelectuais passaram a questionar e desestruturar profundamente, por meio da suas produções acadêmico-científicas, o controle de alguns cientistas sociais brancos sobre a pesquisa e o estudo das relações raciais brasileiras, o seu modo de fazer essas pesquisas, bem como as suas propostas para a superação das desigualdades raciais entre negros e brancos.

Referências

BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção, SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e, SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). De preto a afro-descendentes: trajetões de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos: EdUFSCar, 2003.

BELCHIOR, Ernandes Barboza. Não deixando a cor passar em branco: o processo de implementação de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

CARVALHO, José Jorge. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. Revista da USP, São Paulo, n. 68, p. 88-103, dez./jan./fev. 2005-2006.

_____. Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior. São Paulo: Attar, 2005.

_____. Revista do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF, Brasília, ano 13, n. 9, nov. 2003. Entrevista.

DAL ROSSO, Sadi et al. A Seppir e o processo de construção de um sistema de políticas para a promoção da igualdade racial no Brasil. Relatório de Pesquisa. Brasília: Seppir, 2006.

NASCIMENTO, Abdias. Povo negro: a sucessão e a Nova República. Rio de Janeiro: IPEAFRO, 1985.

_____. (Org.). O Negro revoltado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. A Sociologia do Guerreiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

SANTOS, Milton. Renovando o pensamento geográfico. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Unesp, Brasiliense, 1989.

SANTOS, Sales Augusto dos. Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas. Tese (Doutorado em Sociologia)–UnB, Brasília, ago. 2007.

_____. Ação afirmativa ou a utopia possível: o perfil dos professores e dos pós-graduandos e a opinião destes sobre ações afirmativas para os negros ingressarem nos cursos de graduação da UnB. Relatório final de pesquisa. Brasília: ANPEd/ 2. Concurso Negro e Educação, 2002. Mimeografado.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. CV Lattes, Protocolo disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5770245673371690>. [Data de acesso: 26 março de 2007].



_____. Memorial para o concurso de professora titular de ensino-aprendizagem - relações étnico-raciais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos: UFSCar, 2006.